



Secretaria
A

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VENDA DO PINHEIRO

ACTA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA – 17/12/2012

Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre desta Junta de Freguesia (JF), reuniu esta Assembleia, encontrando-se presentes treze elementos, a saber:

Alexandre Luís Howell de Almeida de Seixas (P.S.),

Ana Paula Nunes Moreira (P.S.D.),

Cesaltina Porfírio Pereira Oliveira (P.S.),

César Silva Fernandes (P.S.D.),

Frederico Manuel Capitão Pedrosa (P.S.D.),

João Paulo Carvalho da Fonseca (P.S.),

Jorge Manuel Carrilho Jesus (C.D.S./P.P.),

José Manuel Antunes da Graça (P.S.),

Maria Leonor Cotrim (P.S.D.),

Paulo José Póvoa (P.S.D.),

Pedro Machado (C.D.U.) e, em substituição:

Américo Mesquita, substituindo Célia da Conceição Ricardo Carreira Matias Simões (P.S.), e

Carlos Gregório, substituindo Alexandre Manuel Martins Branco (P.S.D.).


Procedeu-se à gravação integral dos trabalhos, pelo que na presente Acta apenas constam os respectivos tópicos.

Cumprimentando e lendo a Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início à Sessão, começando pelo Período de Intervenção do Público; perante a ausência de qualquer elemento, passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia, procedendo-se à leitura de uma carta recebida do senhor António Freitas (ex-elemento, representante da C.D.U., nesta Assembleia), após o que foi lida a Acta da 3.ª Sessão Extraordinária de 12-11-2012, a qual foi aprovada por unanimidade. Explicou ainda, aos membros que não compareceram à reunião de 11 do corrente da Comissão Permanente a ausência do T.O.C., senhor Fevereiro.

O senhor Pedro Machado (C.D.U.) questionou o Executivo sobre o estacionamento junto à Escola EB2,3, e referiu-se a uma passadeira elevada, entretanto construída mas a aguardar pintura, criando uma situação potencialmente perigosa.

O senhor Jorge Jesus (C.D.S./P.P.) chamou a atenção para a existência de vidros partidos na berma da estrada, frente à antiga papelaria, sugerindo averiguar a responsabilidade pela reparação do mesmo.

O senhor José Graça (P.S.) sugere que, dado esta Freguesia ter vindo a ser a primeira na discussão da reforma administrativa, no final do ano se faça um ponto da situação. Informa que a proposta levada ao Governo no início deste mês de cortar “a régua e esquadro” seis freguesias deste concelho, o que entende ser penalizador de quem não se pronunciou; com isto, Mafra deixou de dar o que seria um exemplo democrático, e irá ser penalizada financeiramente, uma vez que não tem mais nenhum mecanismo alternativo. Houve uma proposta do P.S.D. e do C.D.S. que opinava que a Venda do Pinheiro deveria receber por agregação, a freguesia de Santo Estevão das Galés o que, obviamente, não é certo, podendo vir a ser aplicada a Lei, agregando-a antes à Malveira.



Em qualquer dos casos, o P.S. condena a actuação das forças vivas, que se limitam à apresentação de propostas na Assembleia Municipal, entendendo que esta não pode sobrepor-se aos direitos dos cidadãos eleitos. Passando a referir-se a outra situação, diz considerar lastimável o conjunto de factos narrados numa reportagem passada na TVI, atingindo directamente o grupo que gere as escolas do concelho de Maфра em regime público-privado, o que deixa o P.S. apreensivo na medida em que podem vir a beliscar o bem lugar que aquelas detêm no *ranking* nacional. Ainda assim, congratula-se por não ter sido focada a lamentável situação do estacionamento à volta da Escola, causadora que é de eventuais acidentes. Dirigindo-se agora ao Presidente do Executivo, alerta para o facto de a bancada do P.S. ter entregado uma declaração sobre a placa existente neste edifício aludindo à sua inauguração, contendo o prefixo de “Dr.” antes do nome de Miguel Relvas, situação que não foi ainda corrigida; lamenta que assim o P.S. se veja forçado a exigir a retirada dessa placa, uma vez que de facto lhe foi retirado esse título.

Tomando o uso da palavra, o Presidente do Executivo, sobre o estacionamento à volta da Escola E.B.2,3 informa ter sido solicitada, e encontrar-se já lá, a sinalização vertical, desconhecendo o porquê de não estar ainda pintada; sobre as vitrinas partidas, refere que a Junta de Freguesia já chamou a atenção do proprietário para que aquele tome providências, tendo sido tomado o mesmo procedimento em relação ao ex-colégio, junto à Capela de N.^a S.^a do Carmo. Sobre a Reforma Administrativa, congratula-se também por esta Junta de Freguesia ter sido pioneira nesta discussão. Não olhando a todas as opiniões, acordou-se que iria propor-se que todas as freguesias do Concelho prevalecessem; este Executivo e a Câmara Municipal reuniram em 04-12, onde estavam dois deputados do P.S., tendo sido decidido por unanimidade, com a abstenção do C.D.S./P.P., que fosse a Assembleia Municipal a pronunciar-se junto à Assembleia da República, tendo sido levantado também o problema do prejuízo financeiro. Chamou a atenção para o facto de terem sido contempladas uma opção “A” e uma opção “B” estando, com o novo adiamento, suspenso o processo até Março de 2013. Em relação ao exemplo dado por Maфра, só quem de direito poderá vir a pronunciar-se. Sobre as acessibilidades e estacionamento junto ao Colégio de Santo André, é consabido que este Executivo sempre pugnou pela criação de uma via poente-nascente paralela que “desaguasse” na rotunda; igualmente sugeriu a criação de um estacionamento nos socalcos da vertente que dá para a Zona Industrial.

O senhor José Graça (P.S.) volta a dizer que o que era para ser dito sobre a placa, foi dito pelo P.S. – diz não acreditar que algo venha a ser feito; sobre a frase “nós representamos o povo” dita sobre a Reforma Administrativa, pensa que o Presidente do Executivo não entendeu com atenção o que foi dito, quando disse que a Assembleia Municipal se pronunciasse com base num documento elaborado por um jurista, não tendo capacidade / dignidade de o elaborar por ela (Assembleia Municipal) própria. Quanto ao orgulho manifesto pelo Presidente da Câmara de os jovens irem daqui para a Universidade pela auto-estrada, relembra que se este cumprisse uma das suas promessas, já estaria a ser construída em Maфра uma Universidade, perguntando-se onde está a apregoada parceria com uma Universidade espanhola.

Sobre a entidade gestora dos colégios sediados no nosso Concelho, o senhor Pedro Machado (C.D.U.) defende que o testemunho sobre a exploração dos professores pode constituir tudo menos motivo de orgulho para o Concelho de Maфра.

Sobre o mesmo assunto, o Presidente do Executivo considera que, tratando-se de uma parceria público-privada, não lhe compete pronunciar-se sobre a opinião do senhor José Graça (P.S.); lamenta contudo que este Partido (o P.S.), estando tão bem representado na Assembleia Municipal, não tenha ouvido o que foi ali discutido sobre a Universidade.

O senhor José Graça (P.S.) chamou a atenção para que os dois vereadores do P.S. presentes na reunião de 04-10 da Câmara Municipal são agora vereadores independentes.

A
Leal

O Presidente do Executivo retorquiu que aqueles estão lá porque foram eleitos pelo P.S. Pelas 21:47, e entrando no Período da Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia propôs iniciar a apreciação do Plano de Actividades e dos Documentos Previsionais para 2013, e depois a sua votação. Começou por comentar, e referindo-se à reunião da Comissão Permanente, esclareceu que o valor mais baixo ora proposto para 2013 deve-se aos cortes orçamentais, dando em seguida a palavra à Assembleia.

O senhor José Graça (P.S.), dirigindo-se ao Presidente do Executivo, enquanto primeiro responsável, diz ser o último orçamento deste mandato, feito num período crítico para o País em que o dinheiro é escasso, elevando a categoria das pessoas, que são agora chamadas a dar ainda mais do seu melhor. Tendo o Presidente do Executivo votado o orçamento da Câmara, votou para que Mafra se mantenha por mais um ano a liderar, com os impostos mais altos dos 23 concelhos da área urbana de Lisboa; são assim os que mais contribuem para o sucesso do Município os mais explorados com estes impostos, nomeadamente com o I.M.I., que não trás qualquer benefício repercutido nos orçamentos das Freguesias, nem para as pessoas, nem para as famílias. Ao contrário de outros municípios, que fazem sua a bandeira de terem a sua carga fiscal mais baixa, Mafra faz precisamente o contrário. Nota que no Orçamento ora proposto não é encontrado nenhum aumento – pelo contrário, a dotação do Município para esta Freguesia diminuiu. A pergunta que se impõe, na globalidade, é: perante um quadro económico enormemente triste, o que é que este Executivo propõe em termos de apoio social às pessoas e às famílias? É certo que há uma rubrica aberta com 5€; o P.S. esperava que o Executivo viesse com uma proposta, se a não tem, deveria ter chamado os Partidos sem assento no Executivo para proporem alternativas; assim, entende o P.S. não pode vestir a mesma camisola perante esta falta de diálogo – o que, aliás, neste último ano o Executivo também não o fez.

Passada a palavra ao Presidente do Executivo, este riposta que contrariamente ao referido, este tem estado sempre aberto ao apoio social; reputa como mais importante estar disponível do que a orçamentação nesse item; recorda o que disse na última Assembleia sobre a disponibilidade de transporte de refeições distribuídas pela Santa Casa da Misericórdia da Venda do Pinheiro. Dá os parabéns ao interlocutor por ter vindo para o concelho de Mafra, orgulhando-se por ser um dos mais novos habitantes deste Concelho, cuja população aumentou como se viu no último Censo.

O senhor José Graça (P.S.) contrapôs não ser Mafra um concelho que o desmotive assim tanto, irá continuar a defender o que acha mais justo para o País, a Freguesia e o Concelho, lutando para que se acabe a mentira neste Concelho.

O Presidente do Executivo, senhor Victor Rodrigues, diz querer separar o trigo do joio: é membro da Assembleia Municipal, encontrar-se aqui como Presidente da Junta de Freguesia, preferindo que as referências à Assembleia Municipal fossem retiradas, restringindo-se a discussão aos assuntos estritamente da Freguesia, disponibilizando-se a debater tais assuntos outros pessoalmente com o senhor José Graça.

O Presidente da Mesa da Assembleia, senhor Alexandre Seixas, relembra que a freguesia é o escalão mais baixo, é quem está em contacto com as populações; a limitação do Orçamento nestes mesmos 10% que vêm da Câmara decorre da subsidiariedade, não nos podemos de todo alhear das estruturas mais acima.

O senhor José Graça (P.S.) diz não prescindir do que aqui foi referido.

O Presidente da Mesa promove então a votação dos dois documentos, os quais foram aprovados com seis votos a favor (todos dos elementos do P.S.D.), sete abstenções (dos representantes da C.D.U., C.D.S./P.P., P.S.), e nenhum voto contra.

Procedeu-se depois à distribuição do Mapa de Pessoal desta Junta de Freguesia, pedindo ao Executivo para fazer um breve enquadramento deste.

A
L. Machado

O Presidente do Executivo esclarece que, conforme falado na reunião da Comissão Permanente, é apenas o “pôr no papel” a situação já corrente; posto à votação, este documento é aprovado por unanimidade.

O Presidente da Assembleia pôs em seguida à apreciação o Relatório de Actividades do último trimestre, passando a palavra ao Presidente do Executivo, o qual refere que o que consta no relatório é o que foi feito, disponibilizando-se para responder aos esclarecimentos que a Assembleia solicite.

O senhor José Graça (P.S.) solicita esclarecimentos sobre os diversos apoios, como por exemplo os que constam na primeira folha daquele documento – Agrupamento de Escolas, Santa Casa da Misericórdia da Venda do Pinheiro, Câmara Municipal de Mafra e Finanças, Bombeiros Voluntários da Malveira – incluindo na mesma pergunta o que a fls. 3 consta como cedência do espaço da antiga Junta de Freguesia para formação, inquirindo se está elaborado algum mapa de custos, em quanto é que estes apoios foram orçamentados e qual o seu grau de execução, e quanto custou cada uma destas acções, a fim de que no mapa seja atribuída a respectiva verba. Levantou ainda a questão sobre a referida articulação com a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia, solicitando informação sobre os critérios de distribuição, e quanto vai ser distribuído; mais questiona em que se traduziu o apoio à regularização do I.M.I.

O senhor Pedro Machado (C.D.U.), em relação aos apoios, manifestou gostar de saber como funciona o apoio aos Bombeiros Voluntários da Malveira, referindo ter visto uma viatura dos Bombeiros de Mafra estacionada na Venda do Pinheiro.

Passada a palavra ao Presidente do Executivo, sobre este último assunto refere não se surpreender se vier a ver viaturas dos Bombeiros da Malveira em Mafra, uma vez que se articulam em conjunto; mais informa que a Direcção, com poucas alterações, vai dar a cara por outro mandato. A Câmara Municipal de Mafra e a Protecção Civil também estão despertas para esta situação, para evitar alguma rotura, quer na emergência quer no transporte de doentes.

O Presidente do Executivo passou a palavra à senhora Regina Nunes e ao senhor Jorge Lourenço; este, acrescenta que as queimadas promovidas pela Protecção Civil são acompanhadas por piquetes das corporações de bombeiros para tal escaladas, e esclarece que o apoio à Câmara Municipal e às Finanças foi a solicitação destas entidades para identificar os proprietários ou actuais herdeiros, sobre artigos prediais que, encontrando-se agora na Venda do Pinheiro, constam ainda como encontrando-se na freguesia do Milharado, o que também alivia os serviços camarários, onde chegam a estar trezentas pessoas por dia a pedir esclarecimentos. A Junta de Freguesia não recebe por esse trabalho administrativo de ajuda não só àqueles Serviços mas também, à população, evitando deslocações a Mafra.

A senhora Regina Nunes informa por sua vez que a articulação entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia consubstancia-se muitas vezes na solicitação de alimentos no que excede a capacidade de resposta desta Junta de Freguesia (actualmente limitada a dez cabazes), sendo por esta encaminhada para os serviços de Acção Social da Câmara Municipal, que articulam a resposta com a Santa Casa da Misericórdia. Também ao longo do ano esta Junta procede assim perante estas solicitações, dado não dispor, ao contrário da Câmara Municipal e da Santa Casa da Misericórdia, de Gabinete específico para tal.

Retomando a palavra, e quanto aos custos dos apoios, o Presidente do Executivo refere não serem contabilizados individualmente uma vez que em geral não são requisitados em condições iguais – por exemplo, uma viatura nem sempre inicia um apoio a partir da Sede desta Junta, pode vir do Cemitério, ou de um local extremo da Freguesia -; por isso, pede-se antecedência, para otimizar as deslocações. O antigo edifício da Junta de

A

Freguesia, por exemplo, faz maior despesa com limpezas não sendo utilizado, estando fechado, acumulando humidade. Sobre as dificuldades da corporação dos Bombeiros Voluntários da Malveira, esta Junta de Freguesia tem vindo todos os anos a divulgar as formações, e dar um subsídio em dinheiro, não constando ainda no relatório (que abrange só até 05-12). No passeio pedestre, esta Junta participou com águas e frutas; para a Sociedade Columbófila, ofereceu um porco.

Pedindo a palavra, e reportando-se ainda à articulação entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia na distribuição de cabazes, a senhora Cesaltina inquire se outras instituições da Freguesia foram consultadas, referindo o exemplo de um caso ocorrido no ano transacto em que, via Conferências de S. Vicente de Paulo, houve uma família da Malveira a receber quatro apoios.

A senhora Regina Nunes esclarece que não é a Junta que faz a consulta – são os respectivos gabinetes da Câmara Municipal e da Santa Casa da Misericórdia que fornece essa informação, para evitar que se verifiquem repetições.

O Presidente do Executivo solicita a quem nesta Assembleia tiver conhecimento de multiplicações nestes apoios, que dê o respectivo conhecimento, por via confidencial, a esta Junta de Freguesia.

Por sua vez, o Presidente da Assembleia expressa não dever ser a Câmara Municipal nem a Junta de Freguesia a exigir listagens dos apoios às instituições, deverão ser estas a vir ter com a Junta de Freguesia, cruzando depois esta Junta a informação com a Câmara Municipal e com a Santa Casa da Misericórdia; assim, devem ser criados canais entre todos para agilizar e tornar prático este procedimento.

Não sendo levantado nenhum outro assunto, passou ao Ponto 5 – Informações do Período da Ordem do Dia; o Executivo referiu não ter nada mais a informar.

O Presidente da Assembleia desejou então as Boas Festas, pelo menos com os princípios assistencial e social que não deverão ser esquecidos, e que 2013 seja o possível – embora racionalmente se afigure muito pior que 2012 –, tendo a generalidade dos presentes retribuído; seis minutos antes da meia-noite, e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão, desejando as boas-noites.

Lida e aprovada na 14ª Sessão Ordinária desta Assembleia, aos vinte e três de Abril de dois mil e treze, vai a presente Acta assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e pelo seu 1º Secretário, que a lavrou.

Alexandre Seixas, Presidente

Pela Mesa da Assembleia,

Frederico Pedrosa, 1º Secretário